



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente



AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Nº: 009/2022

A Secretaria de Município do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei Municipal Nº 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA - Resolução nº 179, de 26 de fevereiro de 2008), no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA Nº 372/2018 e Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente, conforme Lei Municipal Nº 7.966/2015 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo Nº 037/2022, expede o presente documento que **AUTORIZA**:

I. DADOS DO EMPREENDEDOR

Razão Social: Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG) – Gabinete de Programas e Projetos Especiais (GPPE)
CNPJ: 88.566.872/0001-62
Endereço: Largo Eng. João F. Moreira, s/nº
Bairro/CEP: Centro /96208-015
Município/Estado: Rio Grande/RS

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO

Razão Social: PMRG/GPPE – Pavimentação e Drenagem – Rua João da Silva Silveira
CNPJ: 88.566.872/0001-62
Endereço: Rua João da Silva Silveira, entre Ruas Bernardo Taveira e Pandiá Calógeras
Bairro: São João

III. DADOS DO LICENCIAMENTO/ATIVIDADE

Atividade: CODRAM 3462,00 – Drenagem Pluvial Urbana
Potencial Poluidor: Médio
Porte: Médio
Área licenciada: Trecho compreendido entre a Rua Bernardo Taveira e Rua Pandiá Calógeras, no Bairro São João, formando uma área aproximada de 1.933,00m²
Vigência: 16/05/2022 a 16/05/2023

IV. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ATIVIDADE

Nome: Não se aplica



V. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Condições gerais:

- 1.1. Esta Autorização contempla, exclusivamente, a atividade de **Obras de pavimentação e drenagem** a ocorrer nos locais a seguir descritos, de responsabilidade de **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE – PMRG/GPPE**, localizado no Bairro São João, Rio Grande/RS;
 - 1.1.1. Rua João da Silva Silveira, no trecho compreendido entre a Rua Bernardo Taveira e a Rua Pandiá Calógeras, no Bairro São João, formando uma área aproximada de 1.933,00m² de pavimentação em blocos de concreto e drenagem.
- 1.2. Esta Autorização contempla as atividades de pavimentação, drenagem, passeio público, acessibilidade e sinalização de trânsito, não sendo permitidas outras atividades diferente das informadas pelo GPPE e que não tenham sido apresentadas na documentação entregue à SMMA;
- 1.3. No caso de qualquer alteração nos procedimentos, incluindo modificações de projeto, a SMMA deverá ser previamente consultada;
- 1.4. As obras deverão respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA nº 303/2002, nas Leis Estaduais nº 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e nº 15.434/2020 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Resolução CONSEMA 291/2015 e Leis Municipais nº 6.585/2008 (Plano Diretor Municipal) e nº 6.832/2009 (Plano Municipal de Arborização Urbana);
- 1.5. Deverá ser apresentado à SMMA, **no prazo de 30 (trinta) dias após Ordem de Início dos Serviços**:
 - 1.5.1. **ART/RRT de execução de todos os serviços e atividades referentes a esta obra;**
 - 1.5.2. **Plano de Gerenciamento de Resíduos, conforme condicionante 4.1;**
 - 1.5.3. **Informações quanto ao canteiro de obras, conforme condicionante 6.1.**
- 1.6. A SMMA deverá ser comunicada quando do **início das obras**;
- 1.7. As atividades deverão ser conduzidas pelo Responsável Técnico sendo que, no caso de quaisquer substituições, **novo documento deverá ser apresentado à SMMA**;
- 1.8. O responsável deverá manter as condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente ou incômodo à população decorrentes da operação das atividades;
- 1.9. Deverão ser atendidos os requisitos para acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, dispostos nas Leis Federais nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, regulamentadas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, e os parâmetros técnicos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas na NBR nº 9.050;
- 1.10. Deverão ser implantados locais de passagem aos transeuntes e veículos durante as obras, devendo os mesmos ser devidamente sinalizados;
- 1.11. O responsável deverá implantar as melhores tecnologias disponíveis para o desenvolvimento da atividade ora autorizada, bem como planejar a adoção de procedimentos que evitem ou minimizem a geração de efluentes, resíduos sólidos e emissões atmosféricas;
- 1.12. Quando da contratação de serviços terceirizados, passíveis de licenciamento ambiental, deverão ser contratadas empresas que possuam licença ambiental vigente para sua atividade, devendo cópia dos referidos contratos e das referidas licenças serem encaminhados à SMMA;



1.13. A SMMA deverá ser comunicada da conclusão das obras **no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término das intervenções** e o responsável deverá apresentar a esta secretaria **Relatório Técnico e Fotográfico** contemplando o início e o final das atividades, com respectiva ART, devidamente assinada e com comprovante de quitação;

1.14. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo Art. 12 da Lei Municipal nº 7.966/2015.

2. Quanto à fauna e à flora:

2.1. Não poderá haver qualquer atividade de intervenção na área em questão se constatada a presença de fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, de acordo com as Leis Federais nº 5.197/1976 – Lei de Proteção à Fauna e nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais e demais legislações pertinentes;

2.1.1. Na necessidade de intervenção, a SMMA deverá ser previamente comunicada, assim como, a autorização ambiental para o manejo, quando for o caso, deverá ser requerida junto ao órgão ambiental competente;

2.2. **Este documento não autoriza qualquer intervenção em vegetação arbórea na área em questão;**

2.2.1. **Em caso de necessidade de manejo arbóreo, o respectivo pedido deverá ser encaminhado à Unidade de Arborização e Poda (UAP) – SMMA – para apreciação e aprovação.**

2.3. Fica proibido o uso de produtos químicos (capina química) para inibir e/ou suprimir qualquer tipo de vegetação existente no local;

2.4. Deverão ser observados os dispositivos da Lei Municipal nº 6.832/2009, a qual se refere ao Plano de Arborização Municipal, incluindo os parâmetros referenciais para implantação de arborização em calçadas.

3. Quanto às emissões sonoras e atmosféricas:

3.1. Os níveis de ruído gerados pela atividade deverão estar de acordo com as NBRs nº 10.151 e nº 10.152, conforme determina a Resolução CONAMA nº 01/1990;

3.2. Deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas durante as atividades, de modo a não causar incômodos à vizinhança;

3.3. As obras deverão ser conduzidas de forma a evitar a emissão de substâncias odoríferas e de material particulado visível para a atmosfera em quantidades que estejam fora dos limites estipulados pela legislação ambiental vigente, sendo que os depósitos de materiais deverão ser cobertos e deverá ser realizada periodicamente aspersão de água no local;

3.4. O responsável deverá promover a manutenção periódica e preventiva dos equipamentos e veículos a fim de controlar a emissão de poluentes.

4. Quanto aos resíduos sólidos:

4.1. Deverá ser apresentado à SMMA, **em até 30 (trinta) dias após Ordem de Início dos Serviços**, **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**, contemplando os resíduos da construção civil e os demais resíduos a serem gerados no canteiro de obras, acompanhado de ART/RRT de elaboração e execução



devidamente preenchida e quitada;

- 4.2. O responsável deverá se adequar à Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na gestão e gerenciamento de resíduos, segundo Art. 35 do Decreto 7.404/2010, o qual regulamenta referida lei, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- 4.3. Os resíduos gerados durante as obras deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária nas áreas objeto deste licenciamento, observando a NBR 10.004, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;
- 4.4. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;
- 4.5. Os resíduos da construção civil gerados durante as obras deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA Nº 307/2001;
- 4.6. Não poderão ser dispostos ou destinados resíduos ou rejeitos em praias, mar ou qualquer corpo hídrico, *in natura*, a céu aberto ou outras formas vedadas pelo poder público;
- 4.7. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do Art. 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;
- 4.8. As lâmpadas fluorescentes, se usadas, deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente em papel ou papelão de origem e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;
- 4.9. Todas as peças defeituosas com uso descartado e materiais decorrentes de demolição deverão ter disposição final adequada;
- 4.10. O responsável deverá verificar e manter cópia da licença ambiental das empresas para as quais seus resíduos serão encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Art. 9º do Decreto 38.356/1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de terceiros;
- 4.11. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final/disposição de resíduos não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos/rejeitos;
- 4.12. Deverá ser entregue à SMMA, **trimestralmente após o início das obras**, **Planilha de Movimentação de Resíduos**, contendo relação completa dos resíduos gerados/destinados durante a obra (dados do destinatário, data da entrega, tipo de resíduo e quantidade, assinatura do gerador e do responsável pelo recebimento e número da Licença Ambiental do local de recebimento).

5. **Quanto à drenagem pluvial:**

- 5.1. Fica proibido o lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;
- 5.2. Este documento não autoriza o lançamento de esgoto sanitário, bruto ou tratado, no sistema de



esgotamento de águas pluviais;

5.3. A água decorrente do rebaixamento temporário do nível do lençol freático deverá ser direcionada às galerias ou valas de águas pluviais mais próximas, evitando o alagamento da vizinhança;

6. Quanto às instalações provisórias e vias de acesso:

6.1. Deverá ser apresentado à SMMA, **em até 30 (trinta) dias após Ordem de Início dos Serviços, Croqui do canteiro de obras**, acompanhado de ART/RRT de elaboração e execução devidamente preenchida e quitada:

6.1.1. O Croqui deverá conter localização de áreas de serviços (administrativo, almoxarifado, área para armazenamento de materiais, central de resíduos, banheiros, refeitórios, dentre outros que se fizerem pertinentes);

6.1.2. Deverá ser contemplada a indicação do sistema de esgotamento sanitário a ser adotado;

6.1.2.1. Caso o responsável opte por sistema de tratamento de efluentes líquidos sanitários temporário no canteiro de obras, deverá ser apresentado à SMMA **projeto do referido sistema**, composto por planta com ligações de esgotamento e memorial de cálculo do mesmo, acompanhado de ART/RRT devidamente preenchida e com comprovante de quitação;

6.1.2.2. O projeto de sistema de tratamento provisório a que se refere o item 6.1.2.1 deverá atender às Normas Regulamentadoras e legislações vigentes, principalmente às NBRs nº 7.229, nº 13.969 e nº 8.160;

6.1.2.3. Em caso de uso de banheiros químicos, o responsável deverá se atentar à contratação de empresas ambientalmente licenciadas e apresentar à SMMA a devida **Licença Ambiental da empresa contratada, acompanhada do Contrato de Locação**.

6.2. Deverá ser apresentado à SMMA, **trimestralmente após o início das obras, comprovante de limpeza do sistema de tratamento temporário de efluentes sanitários ou recolhimento de efluentes dos banheiros químicos, conforme alternativa a ser adotada**;

6.3. A água a ser utilizada para o desenvolvimento das atividades da obra deverá ser fornecida pela Companhia Rio Grandense de Saneamento – Corsan, Unidade de Saneamento de Rio Grande/RS;

6.4. Fica proibido o uso de água subterrânea, o qual somente será permitido mediante apresentação, à SMMA, de Outorga do Uso da Água, solicitada junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA);

6.5. A entrada provisória de energia deverá adotar todos os procedimentos de segurança exigidos pela NR 10 e pela concessionária de energia;

6.6. Os geradores, caso colocados nos canteiros de serviços, deverão estar de acordo com as devidas Normas Regulamentadoras;

6.7. A área de permanência do gerador de energia elétrica deverá estar devidamente sinalizada, isolada e em contenção adequada, a fim de conter possíveis vazamentos de combustível e/ou óleo lubrificante.

6.8. Em relação às áreas de vivência dos Canteiros de Obra, o empreendedor deverá obedecer à NBR nº 12.284;

6.9. Toda a área do canteiro de obras deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente



veículos, indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes;

- 6.10. Os blocos e peças não poderão ser empilhados de forma a congestionar o passeio público e/ou impedir o acesso dos moradores a suas residências;
- 6.11. A limpeza do canteiro de obras deverá ser feita periodicamente, evitando o acúmulo excessivo de entulho no local;
- 6.12. Não será permitida a colocação de contêineres e/ou similares em calçadas, interrompendo o passeio público;
- 6.13. O responsável deverá manter os acessos internos e externos sinalizados e as instalações das obras limpas, organizadas e em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação e passagens, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral;
- 6.14. A área em obras deverá ter controle de acesso, ser mantida cercada, bem como devidamente identificada, a fim de evitar a entrada de pessoas e veículos não autorizados, animais e dispersão de resíduos em áreas lindeiras;
- 6.15. As vias e as estradas utilizadas para acesso ao local deverão estar devidamente sinalizadas e em bom estado de conservação;
- 6.16. A execução dos serviços não poderá ser iniciada sem as devidas sinalizações necessárias e as mesmas deverão ser removidas logo após o término dos serviços.

7. Quanto à movimentação de terra (corte e aterro):

- 7.1. Caso seja necessário o uso de materiais minerais, as jazidas a serem utilizadas no empreendimento deverão possuir Licença Ambiental, de acordo com o Art. 22 do Decreto Federal nº 98.812/1990, que regulamenta a Lei Federal nº 7.805/1989, devendo ser encaminhados **comprovantes de origem à SMMA, em até 30 (trinta) dias após o término das intervenções**;
- 7.2. Deverá ser mantida a rotatividade de utilização do material depositado, de forma a garantir a segurança e a operacionalidade das áreas;
- 7.3. O responsável deverá passar caminhão-pipa diariamente e quantas vezes forem necessárias durante a execução dos serviços nas vias e no local da atividade, com a finalidade de decantar o material particulado;
- 7.4. Os resíduos provenientes da movimentação de corte e aterro devem ser encaminhados a locais predefinidos e devidamente licenciados, **devendo ser incluídos na Planilha de Movimentação de Resíduos a que se refere o item 4.12 desta Autorização**;
- 7.5. Não será permitido aterro com lixo ou material contaminado por produtos químicos ou biológicos;
- 7.6. Deverão ser utilizados métodos de escavação que evitem ocorrência de perturbações oriundas do deslocamento de terra, em especial nas regiões próximas a prédios, edifícios, vias públicas ou servidões prediais;
- 7.7. Nos locais a serem aterrados onde existam estruturas subterrâneas, deverá ser dada atenção especial à escolha do método e da energia de compactação;
- 7.8. O empreendedor deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, não obstruir portas e saídas de emergência, nem impedir o acesso a equipamentos de combate a incêndio.



8. Quanto à segurança e aos riscos operacionais:

8.1. Deverão ser atendidas as exigências da portaria do MTB N° 3.214/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras – NR's – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina no Trabalho, principalmente no que tange:

8.1.1. Riscos Ambientais;

8.1.2. Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;

8.1.3. Sinalização de Segurança.

8.2. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.

VI. OBSERVAÇÕES

- I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento;
- II. Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido;
- III. Este documento não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;
- IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará a incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie;
- V. A critério da SMMA, poderá ser exigida documentação complementar;
- VI. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria;
- VII. A presente licença ambiental é emitida com base na legislação vigente e pareceres técnicos dos integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da SMMA, constantes no referido processo de licenciamento ambiental;
- VIII. Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização;
- IX. Anuência aos Termos do presente documento: _____.

Rio Grande, 17 de Maio de 2022.

Pedro Friedrich Fruet
Secretário de Município do Meio Ambiente
Prefeitura Municipal do Rio Grande